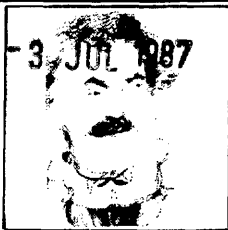


Lei de Segurança: quem vai decidir é o promotor.

A aplicação da Lei de Segurança contra os agressores do presidente Sarney na manifestação do Rio será uma decisão do promotor da Justiça Militar do Rio, Newton Ranges Coutinho, que acompanhará o inquérito. O próprio Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, ouviu essa informação do ministro Brossard, ontem, quando tentava convencê-lo a aplicar o Código Penal à questão — um apelo das lideranças partidárias. E Brossard foi taxativo: "O promotor pode até concluir pela aplicação do Código Penal, mas nessa questão o Executivo não interfere".

Até que seja decidido, a prisão preventiva decretada pela Polícia Federal contra Danilo Groff, acusado de envolvimento na agressão contra o presidente Sarney, continua mantida. O presidente em exercício do Superior Tribunal Militar, Paulo César Cataldo, negou ontem o **habeas-corpus** requerido pelos advogados de Groff com o argumento de que o recurso só poderá ser concedido mediante maiores informações da Polícia Federal e do Ministério da Justiça. Essas novas informações já foram solicitadas por Cataldo, que estabeleceu o prazo de cinco dias úteis para o recebimento.

O dirigente da CUT do Rio, Maurício Pencaki que, como Groff, foi preso com base na Lei de Segurança Nacional, prestou ontem seu primeiro depoimento. Disse ele que



sua participação no episódio da semana passada não foi intencional e que em momento algum atirou pedras contra a comitiva presidencial. "Ele até usou um megafone para tentar acalmar a multidão", esclareceu o advogado Luís Fernando Moraes, depois de assistir ao depoimento de seu cliente.

Por causa da incomunicação imposta pela LSN, o presidente da CUT, Jair Meneguelli, não conseguiu ontem avistar-se com Pencaki e Groff. Meneguelli foi ao Rio para participar dos preparativos para a greve programada para 12 de agosto; e, logo depois, viajou para Porto Alegre, onde se incluiu entre os manifestantes que fizeram uma passeata em favor das eleições diretas para presidente. Tanto no Rio como em Porto Alegre, Meneguelli repetiu que as manifestações contra a atual política econômica "serão intensificadas em todo o País".

Meneguelli culpa "o pacote número três do senhor ministro da Fazenda" como responsável pela arruaça da última terça-feira, no Rio. Ele concorda com o governo de que houve uma "baderna" durante o quebra-quebra — mas justifica: "Esse tipo de incidente é consequência do descontentamento geral da população com o governo e surge em momentos imprevisíveis". E recomendou: "O governo deve aprender a conviver com os aplausos e com as vaias".

LSN Mantida

Apesar das reclamações contra a utilização da Lei de Segurança contra os acusados pela agressão ao presidente, Sarney

continua firmemente disposto a punir os responsáveis recorrendo à lei. Ele entende que se trata de "ação organizada com a finalidade de desestabilizar politicamente o País". Sarney, segundo alguns parlamentares, decidiu agir "com energia" no combate à agitação nas ruas. "Desta vez é para valer", avisou um desses parlamentares. "O presidente esgotou suas reservas de paciência".

Mesmo não admitindo que o dirigente da CUT do Rio, Maurício Pencaki, tenha efetivamente atirado pedras contra Sarney, Jair Meneguelli reconheceu ontem que o papel da CUT é "incentivar e participar ativamente dos movimentos". Mas Meneguelli nega que a CUT esteja se mobilizando para derrubar o governo Sarney: "O que defendemos é a estabilidade dos trabalhadores nos empregos e a participação da população nas grandes decisões". Para ele, a mudança ou não do governo "é uma consequência da própria capacidade de governar dos homens que estão no poder".

O fato de se aplicar a LSN contra Groff, particularmente, revoltou o ex-presidente da OAB gaúcha José Mariano Beck. "Ele pode ser um homem nervoso, esteve internado duas vezes num hospital psiquiátrico, mas não tem fúria assassina. Ao contrário. É um homem pacato", disse Beck — mais surpreendido ainda por ter o próprio ministro Brossard concordado com a aplicação da LSN para Groff. "Logo Brossard, para quem Groff trabalhou como cabo eleitoral quando o atual ministro se candidatou ao Senado em 1974".